



A EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ESTUDANTE-TRABALHADOR

THE EDUCATION IN BRAZIL AND THE WORKING-STUDENT

Maria Isabel da Costa Rodrigues Bezerra   Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil.

Letícia Maria Miranda Leal Pereira   Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil.

Mariana Almeida Ferreira   Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil.

Narjara Medeiros de Macedo   Centro Universitário do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil.



Revista
Práxis em Saúde

Ano III | Volume III | n I | Florianópolis | 2025 | ISSN: 2966-1056

DOI: <https://doi.org/10.56579/prxis.v3i1.2345>

A EDUCAÇÃO NO BRASIL E O ESTUDANTE-TRABALHADOR**THE EDUCATION IN BRAZIL AND THE WORKING-STUDENT**Maria Isabel da Costa Rodrigues Bezerra¹Letícia Maria Miranda Leal Pereira²Mariana Almeida Ferreira³Narjara Medeiros de Macedo⁴

Resumo: O presente estudo tem como objetivo investigar a história e o acesso dos trabalhadores à educação no Brasil pela relação entre educação e trabalho. O trabalho, enquanto uma atividade inerente ao ser humano para o seu desenvolvimento integral, na sociedade capitalista é a forma de garantia de suprimento às necessidades humanas básicas para a sobrevivência, o que muitas vezes impõe ao estudante a ter uma prioridade entre o trabalho ou estudo. Portanto, a temática permite compreender melhor as dificuldades que muitos estudantes enfrentam ao conciliar trabalho e estudo em suas realidades. A metodologia utilizada trata-se de revisão bibliográfica de produções selecionadas nos sites Scielo e Google Acadêmico. Evidenciou-se nos resultados das produções selecionadas que o Estado, ao mesmo tempo de ser o principal responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas, torna-se um instrumento de manutenção dos interesses do capital, transformando a escola/universidade em uma instituição de reprodução de mão-de-obra a partir de uma "educação para o trabalho", e não mais emancipadora dos sujeitos. Portanto, compreender as influências socioeconômicas, históricas, políticas e pedagógicas nas instituições educacionais e na relação educação-trabalho espelha, necessariamente, a reflexão sobre o contexto do estudante-trabalhador no Brasil.

Palavras-chave: Estudante; Trabalhador; Educação; Permanência.

Abstract: This study aims to investigate the history and access of workers to education in Brazil through the relationship between education and work. Work, as an activity inherent to the human being for their overall development, in capitalist society, is the way to ensure the supply of basic human needs for survival. This often forces students to prioritize between work and study. Therefore, the theme helps us better understand the difficulties many students face when balancing work and study in their realities. The methodology used is a bibliographic review of selected works from the Scielo and Google Scholar websites. The results from the selected works highlight that the State, while being the main responsible for developing and implementing public policies, also becomes a tool for maintaining capital interests. It transforms schools and universities into institutions that reproduce labor through "education for work," rather than emancipating individuals. Therefore, it is urgent to address the educational challenges stemming from a class-based history dating back to the colonial period. Understanding the socioeconomic, historical, political, and pedagogical influences on educational institutions and the education-work relationship necessarily reflects on the context of the working-student in Brazil.

Keywords: Student; Worker; Education; Permanence.

¹ Estudante de Psicologia pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN) e estudante Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: mariabezerra663@gmail.com

² Estudante de Psicologia pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: lettmrmd@gmail.com

³ Estudante de Psicologia pelo Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: marianaferreira00@hotmail.com

⁴ Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com especialização e mestrado em Psicologia pela UFRN, e Doutoranda em Educação pela UFRN. Pesquisadora do Laboratório em Políticas Públicas, Territorialidade e Diferenças na Universidade Federal do Cariri. E-mail: narjara@unirn.edu.br

INTRODUÇÃO

Na perspectiva marxista, o trabalho representa a atividade fundante do ser social, pois o homem apropria-se da natureza ao mesmo tempo que transforma a si mesmo e a sociedade. Entretanto, o trabalho no modo de produção capitalista se trata de uma atividade alienada, conceituada ideologicamente dentro de uma perspectiva moralizante e utilitarista, tornando as relações sociais de produção como relações naturais. Perde-se essa perspectiva do trabalho enquanto relação social, e é transformado em relações de força, de poder e violência. É dentro disto que a burguesia constrói propostas de educação para o trabalho nos vários âmbitos da sociedade capitalista (Gomes *et al.*, 1987, p. 15). Nesse contexto, a escola passa a ser interessante para o capital quando ela contribui com algum retorno para o sistema econômico, um espaço institucional de formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, transformando, portanto, a relação entre trabalho e educação, pois a educação deixa de ser intrínseca ao trabalho e passa a ser uma preparação para o trabalho. Então, o presente estudo pretende compreender, sob perspectiva materialista histórico-dialética, a realidade do estudante-trabalhador, a história da educação no Brasil e quais as dificuldades educacionais que esse público enfrenta.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho conta com uma revisão bibliográfica narrativa, que visa oferecer uma visão abrangente sobre o tema, explorando estudos relevantes selecionados, a fim de contextualizar e discutir os aspectos principais. Dessa forma, para a produção deste trabalho utilizou-se de materiais publicados em sites científicos, listados nas bases de dados, Scielo (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico. Na busca foram usadas as palavras-chave: Estudante-trabalhador e psicologia educacional, no período de publicação estimulado entre anos de 1980-2024. Optou-se, então, por utilizar 1 livro e 4 artigos, dentro das datas de publicações estabelecidas, ao qual atendiam aos objetivos da pesquisa.

BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Historicamente, no Brasil, entre 1554 e 1759 surgiam as primeiras escolas de instrução elementar pelos religiosos ligados a Companhia de Jesus (padres jesuítas) que

pensavam necessário a leitura e escrita na violenta catequização dos indígenas. Com a vinda da família real e da corte portuguesa ao Brasil, no período colonial, são criados vários cursos de formação superior — como por exemplo: medicina, engenharia, direito e politécnicos —, voltados unicamente para servir a coroa portuguesa. Enquanto se era priorizado o ensino superior privado, o ensino primário era entregue ao abandono, podendo isso ser observado na Constituição da República de 1891, em que o sistema de ensino expressava transparentemente a distância da educação das classes dominantes em relação à educação das classes subalternas.

Tal cenário deixa nítido a ausência da perspectiva emancipatória e de superação das desigualdades, visto que apesar dos avanços com a luta coletiva e da reconstrução educacional iniciada, em 1937 o Estado se desresponsabiliza de prover a educação gratuita. Em 1946, discussões acerca da realidade educacional embasaram a criação da primeira Lei De Diretrizes e Bases da Educação Nacional e outras instituições de ensino foram criadas como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que visava qualificar a população pobre para atender demandas do mercado de trabalho, a Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), em 1951 e O Conselho Federal de Educação (CFE) em 1961.

No governo de João Goulart, em 1961, surge a primeira sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sendo a mesma atualizada em 1971 e em 1996. Anteriormente a esta lei, a educação não era considerada uma obrigação do Estado e dos municípios, o que resultava em dificuldades significativas no acesso à educação pública. A elaboração da LDB era motivada por interesses antagônicos: de um lado, havia a classe trabalhadora que buscava uma educação pública, de qualidade e facilmente acessível, e do outro lado havia os defensores do liberalismo, ao qual era argumentado que a responsabilidade pela educação advinha sobre a família, que deveria garantir ao acesso a escolas particulares. Em 1971, durante a ditadura militar no Brasil, o Presidente Médici sancionou a segunda LDB, a qual funcionou como complemento à lei anterior, sendo importante destacar que esta nova lei tira o comprometimento do Estado em fornecer educação pré-escolar, perdurando por 35 anos. A outra versão da Lei de Diretrizes e Bases surge com a Constituição de 1988, em 20 de dezembro de 1996; o Presidente da época, Fernando Henrique Cardoso, homologou a LDB que permanece até o presente momento, e é a partir desse marco que a

educação se estabelece como uma política pública universal. Portanto, após uma longa luta histórica dos movimentos estudantis e da classe trabalhadora, com a Constituição de 1988, a educação é caracterizada enquanto uma política pública universal: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, p. 18). Sendo assim, a educação passa a ser, constitucionalmente, um direito de todos e dever do Estado e da família, além de ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

RELAÇÃO EDUCAÇÃO E TRABALHO

Apesar desta conquista política, a educação/formação profissional ainda é um objetivo distante de se concretizar para a maioria da população. O fenômeno da evasão escolar acontece por diversos processos, mas principalmente por questões socioeconômicas, pois não são todos os estudantes que podem dedicar-se integralmente ao estudo, pois muitos dividem sua rotina acadêmica com o trabalho e isso vai levando ao cansaço e exaustão e, conseqüentemente, a uma provável desistência. Este processo também acontece no Ensino Superior, ao analisarmos os processos seletivos para entrada nas universidades, exames que restringem o acesso da população à educação pública. Apesar de existirem cotas raciais e econômicas, bolsas de permanência estudantil, gambas ampliando o acesso da classe trabalhadora às faculdades, além de serem medidas provisórias, não conseguem garantir que o aluno irá se formar devido a restrição de vagas. Além disso, o orçamento das universidades federais teve seu orçamento/recursos públicos reduzidos devido ao congestionamento das políticas públicas em 30% no ano de 2019 durante o governo de Jair Bolsonaro. A dedicação na educação para o estudante-trabalhador torna-se, então, um privilégio, criando um ciclo vicioso de difícil transposição: a necessidade de abandonar a escola/faculdade para trabalhar e a posterior constatação de que a baixa escolarização faz com que permaneçam no trabalho informal e em subempregos, retornando, assim, ao exército industrial de reserva do capital (Carvalho, 2001; De Grazia, 2007 *apud* Signori; Melo, 2014, p. 2).

DISCUSSÃO

Então, ao analisar a trajetória da educação no Brasil, podemos observar uma história marcada pela desigualdade e exclusão, em que desde os tempos coloniais até os dias atuais, é considerada como um privilégio das elites perpetuada por uma sociedade hierarquizada, e a luta pela sua democratização ainda continua sendo constante, enfrentando resistências e embates ideológicos. Compreendendo o processo sócio-histórico de desenvolvimento da política de educação no Brasil, sobretudo a partir de uma perspectiva crítica, observa-se que esta se manifesta de maneira contraditória. É nesse cenário de avanços, regressos e antagônicos interesses que a educação apresenta as mais variadas expressões da questão social (Araújo, 2017, p. 2).

Historicamente, o capital vem construindo estratégias para recuperar suas taxas de lucro; entre estas está o ataque às políticas sociais, ao qual são funcionais ao controle da força de trabalho e conduzidas por uma lógica mercadológica que tanto garante a acumulação do capital quanto se apresentam de forma fetichizada como direito social (Agapito, Montefusco, 2020). O Estado, apesar de ser o principal responsável pela elaboração e implementação destas políticas públicas, ao qual deveriam visar a redução das desigualdades sociais, passa a assumir o papel de instrumento de manutenção dos interesses da burguesia diante do tensionamento entre a relação capital-trabalho. A partir disso, possibilita a coexistência dessas políticas ao mesmo passo em que ampara a construção de um projeto societário burguês e excludente, visto que, conforme Behring (2009, p. 302 *apud* Agapito, Montefusco, 2020), a política social corresponde a “[...] mediação entre economia e política, como resultado de contradições estruturais engendradas pela luta de classes e delimitadas pelos processos de valorização do capital”.

O estudante-trabalhador, diante desse contexto, é marcado por uma série de experiências, como atrasos, reprovações, frustrações, desistências e pelo histórico de negação de direitos. Um processo de ensino atravessado por contradições da dinâmica social e marcada pelo trabalho. É construído socialmente uma experiência marcada por inferioridade e sensação de não pertencimento, no meio das dificuldades de atender, ao mesmo tempo, às exigências do cotidiano íntimo e do ambiente escolar/universitário, podendo dificultar ainda mais o processo de aprendizagem e facilitar a evasão desses estudantes nesses espaços. Para Silva *et al.* (2016 *apud* Macedo; Aguiar, 2023), os

acadêmicos que conciliam o trabalho com estudo possuem um maior nível de estresse em relação aos que somente estudam, e a recorrência dessa rotina pode favorecer nesses sujeitos condições para o surgimento ou agravamento de adoecimento psíquico. Estes indivíduos, então, são impedidos de terem seu desenvolvimento humano integral devido à impossibilidade de participar de atividades culturais, de lazer e convivência familiar em decorrência do tempo dedicado ao trabalho e ao estudo. Lev Vigotski (1930) discorre sobre como o trabalho, ao qual seria uma atividade potencializadora, tanto de forma pessoal como profissional, torna-se uma ação que desintegra o ser humano e sua personalidade, inibindo-o de seu pleno desenvolvimento, devido ao seu caráter alienador e exploratório no sistema capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, é urgente enfrentar os desafios educacionais advindos de um histórico classista presentes desde o período colonial. Compreender as influências socioeconômicas, históricas, políticas e pedagógicas nas instituições educacionais e na relação educação-trabalho espelha, necessariamente, a reflexão sobre o contexto do estudante-trabalhador no Brasil. A escola/universidade, por um longo período histórico (e atualmente), tem refletido a reprodução das desigualdades sociais, disseminando uma educação formal e voltada para o mercado de trabalho e reprodução de mão-de-obra, distanciando-se da realidade material de seus discentes. Diante disso, é fundamental, para além de ser ciente das políticas públicas educacionais enquanto direitos sociais, comprometer-se com a efetivação e participação da permanência estudantil dos estudantes-trabalhadores através de uma práxis profissional comprometida socialmente.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, A. P. F.; MONTEFUSCO, C. Desafios contemporâneos para a educação superior brasileira em tempos de aprofundamento da mercantilização. In: AGAPITO, A. P. F.; CARVALHO, L. A. A.; SANTOS, M. S.; SANTOS, S. M. M. **QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS E O SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**. Maceió: Coletivo Veredas, 2020. p. 111-128.

ARAÚJO, M. M. A Trajetória da Educação no Brasil na Perspectiva de Luta de Classes. In: VIII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2017, São Luís, MA. **Anais (on-line)**, [s.n], 2017. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo13/atrajatoriadaeducacaonobrasilnaperspectivadalutadeclases.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 dez. 2024.

GOMES, M. C.; FRIGOTTO, G.; ARRUDA, M.; ARROYO, M.; NOSELLA, P. **TRABALHO E CONHECIMENTO: Dilemas na Educação do Trabalhador**. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

MACEDO, M. C.; GIELE MARTINS DE AGUIAR, K. Saúde Mental e Qualidade de Vida Do Estudante Trabalhador. **Revista Fronteiras em Psicologia**, [S. l.], v. 5, p. 1-15, 2023.

Disponível em: <https://fronteirasempsicologia.emnuvens.com.br/fp/article/view/142>. Acesso em: 4 dez. 2024

QUEIROZ, C. R. M.; DE MARI, L. C. Trabalho e educação na sociedade capitalista: possibilidades de formação para os jovens. **VI Seminário Internacional Teoria Política do Socialismo, Trabalho e Educação**. [s.l.], UNESP, 2014.

SIGNORI, Z. M. M.; MELO, A. **Trabalhadores/estudantes da educação básica no ensino noturno: uma análise da relação do tempo de trabalho com o tempo da educação**. ORG & DEMO, v. 15, n. 2, p. 65-82, 2015. DOI: 10.36311/1519-0110.2014.v15n2.4644. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/4644>. Acesso em: 4 dez. 2024.

VIGOTSKY, L. A transformação socialista do homem. **Marxists Internet Archive**, [s.n], [S.l.], 1930. Tradução: Nilson Dória. Disponível em:

https://www.ufrgs.br/psicoeduc/chasqueweb/vygotsky/vygotsky-a-transformacao-socialista-do-homem.htm#nota*. Acesso em: 4 dez. 2024.

Submetido em: 10/04/2025 | Aceito em: 30/05/2025 | Publicado em: 30/06/2025